

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

DELLA CASA (Carlo). — **Il Gianismo**. Turim. 1962. 136 pp.

Não existe em nosso meio um interesse acentuado no que se refere ao conhecimento da filosofia, da literatura, a maior do mundo, das línguas e das religiões da Índia. Naturalmente um ou outro estudioso se preocupa com o estudo do Budismo. Quanto porém ao **Jainismo** o silêncio é quase completo e se alguém a êle se refere é ainda na concepção antiga, considerando-o derivado do Budismo ou confundindo-o com êle. O **Jainismo** é uma religião e uma filosofia muito interessante e não é lícito ignorá-lo dada a sua importância. O Dr. **Carlo Della Casa** é professor de sânscrito na Universidade de Turim e também ensina na Universidade de Pavia. Êle publicou vários estudos sobre o indianismo que se recomendam por várias razões. Porém um dêles chama a atenção especial — **Il Gianismo** com 136 páginas. O Prof. **Della Casa**, baseado em sólida bibliografia, focaliza os aspectos vários da religião do célebre **Jina** (VI a. C.). Êle trata da história, das fontes, da doutrina, da comunidade, do culto, das especulações filosóficas, sua relação com outras religiões e do Jainismo e o Ocidente, etc. Nesta mesma Revista publicarei um artigo — **A Religião de Jina**, cujo material principal é tirado do livro do distinto estudioso. Tenho para mim que o estudo do jovem professor de sânscrito é sobremaneira útil, instrutivo e indispensável para as pessoas que querem ter uma idéia exata e segura da religião e filosofia do Jainismo.

JORGE BERTOLASO STELLA

*

DIAS (Manuel Nunes). — **O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549). Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno**. Coimbra, 1963. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Históricos "Dr. Antônio de Vasconcelos". Volume I, 633 pp., com gravuras e mapas.

A **Revista de História** com um atraso que se compreende, quando uma omissão não se lhe perdoaria, cumpre o grato dever de focar o primeiro volume da obra universitária do Prof. Dr. Manuel Nunes Dias, Livre-Docente de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Universidade de São Paulo. Primeiro volume, primeiro degrau, porquanto com a tese: **O Capitalismo Monárquico Português**, abordado no período de 1415-1549, o Prof. Dr. Manuel Nunes Dias candidatou-se e obteve com distinção e louvor, em novembro de 1957, o título de Doutor em Ciências, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ocasão

em que, além de um número limitado de volumes, mimeografados e com enderêço certo, — opúsculos contendo conclusões dessa tese foram entregues ao pronunciamento das pessoas presentes à sua defesa. Nenhuma outra solução seria plausível. Quase seis anos depois, sômente o I volume de uma série de 3 da primeira tese do Prof. Dr. Manuel Nunes Dias, consome 633 páginas, das quais 22 destinadas aos índices, distribuídos em: autores, nomes das gravuras e dos mapas, fora do texto, sendo duas daquelas e 4 destas. Ainda, o índice geral, abaixo transcrito na íntegra.

Como não poderia deixar de ser, tôda tese, todo trabalho sério, tem quem a apresente. Assim sendo, prefacia essa autêntica — “Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno”, — tese defendida no Brasil, pelo erudito Livre-Docente da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Universidade de São Paulo, — o Prof. Dr. Torquato de Sousa Soares, catedrático de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. E foi editada justamente no milenar centro de cultura das margens do Mondego, sob os auspícios do Instituto de Estudos Históricos “Dr. Antônio de Vasconcelos”, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vinculando-se à coleção publicada até a presente data. Cabe-lhe a prioridade de ser a primeira tese, a primeira obra, conhecida, de um brasileiro residente no Brasil, divulgada por aquele Instituto Universitário.

Impressão limpa, linguagem elegante sem deixar de ser precisa, familiaridade com fontes primárias básicas e secundárias, em grande parte até então inéditas, as quais além de criticadas no texto, vêm citadas em notas de rodapé, em catalogação que, dada a fecundidade, renovam-se em cada capítulo.

Exemplificando apenas com um dêles: no capítulo I, da Terceira Parte, verifica-se para 150 páginas, 392 notas de rodapé.

Uma outra lição de desprendimento revela o autor que também é, precipuamente, professor, pesquisador, responsável por trabalhos de alunos e amigos. E o faz ao apresentar, de início, a relação de 30 (trinta) abreviaturas, vinculadas aos centros de documentação que em Portugal, teve oportunidade de pesquisar e de onde trouxe à tona preciosos documentos que, parece, lá estavam sedimentados. Quanto a oportunidade desta publicação, dois aspectos constituem ponto pacífico: 1). — O tema abordado, mais ainda, a maneira com que foi abordado, deve ser considerado um roteiro a ser seguido por todos aqueles que pretendam realizar ou estejam realizando pesquisas sérias, de caráter científico, especificamente relacionadas com as ciências humanas. 2). — Constitui, outrossim, pelo ineditismo de sua publicação, um promissor início de um nôvo ângulo de intercâmbio cultural entre os centros culturais do Brasil e da antiga Metrópole.

Quanto ao autor:

“...um artesão que sempre gostou de sua tarefa”,

eis como Marc Bloch, identificando-se, identifica o historiador autêntico. Dentre êles, na linha de frente, está o Prof. Dr. Manuel Nunes Dias, Livre-Docente de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Incontestavelmente um dos valores mais expressivos, mais atraentes, mais promissores da clã dos historiadores contemporâneos, brasileiros e estrangeiros. Seja sua participação ativa e efetiva em todos os Congressos e Colóquios internacionais realizados a partir de 1954, a atestar uma estimulante vivência nos centros de documentação mais expressivos. Um “**motu continuo**”, pois, graças aos recursos técnicos colocados à disposição do historiador contemporâneo, êsses instrumentos de trabalho vêm sendo transportados para sua própria tenda de artesão. Pois, em sua residência, à Rua Aspilcueta n.º 547, Alto de Pinheiros, além da biblioteca das mais especializadas, instalou uma Fílmoteca Histórica. Essa Fílmoteca, franqueada aos alunos, diz que aquêle que a organizou, é, precipuamente um Professor artesão.

“Artesão que ama seu ofício; que compreende seus problemas, procura abordá-los, a fim de que outros, compreendendo-o sejam capazes de amá-lo também”.

Poder-se-ia alinhar muitos dos encorajamentos com as sugestões, mesmo os roteiros que o Professor Manuel Nunes Dias, perdulária e heróicamente, vêm distribuindo a esmo a outros que êle sabe, estejam empenhados num trabalho sério. Êle próprio recriar-nos-ia, se tentássemos mencioná-los. Aqui esboçar-se-á apenas, alguns traços de sua carreira de professor, marcada com os sulcos da honestidade, da capacidade, da lealdade, por quantos foram abertos, através de concursos públicos, de provas e de títulos.

Licenciando-se em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, optou pela História ao inscrever-se no Concurso de Ingresso ao magistério Secundário e Normal Oficial do Estado, em 1949. Apesar de haver uma forte concorrência, pois os concursos não se realizaram durante longo tempo, obteve a nota máxima nas três provas públicas; prelúdio de um campeonato que ainda não terminou. Dentre as vagas existentes decidiu-se pelo Colégio Estadual e Escola Normal “Regente Feijó” da Cidade-município de Itú e, recentemente, a fim de dedicar-se apenas ao ensino superior, lotado no Colégio Estadual “Carlos Maximiliano” da Capital pediu, em caráter irrevogável, exoneração do cargo de professor efetivo do magistério secundário oficial do Estado. A carreira universitária do Prof. Nunes Dias, teve início, oficiosamente, com o convite do Prof. Dr. Eduardo d’Oliveira França, Catedrático de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Universidade de São Paulo, para ocupar o cargo de 1.º assistente da referida cadeira, logo após o concurso de ingresso no magistério secundário; isto é, em agosto de 1951.

Oficialmente, o passaporte que o introduziu no “**Campus docente**” universitário, foi a tese que estamos focando. Justifica-se

déstacar o “curto prazo” com que o Prof. Nunes apresentou esta sua primeira obra de mestre.

Nem bem havia repousado e eis o Prof. Nunes Dias equipando-se para a próxima escala: a livre-docência. Ele havia provado a água pura das fontes arquivais, aguçado a curiosidade e constatado a evidência de Capistrano de Abreu:

“a História do Brasil está quase tôda para ser feita... o que existe nos arquivos de Portugal é um Continente”.

Fato que, como é óbvio, preponderou na escolha da nova tese. Um capítulo da História do Brasil, projetando-se modestamente na História Moderna. E assim foi que com a erudita abordagem do tema: Fomento e mercantilismo: — **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão — (1755-1778)** apresentada discutida e também aprovada com distinção, em agosto de 1960, o Prof. Dr. Manuel Nunes Dias obteve o título de Livre-Docente da Universidade de São Paulo. Consta que uma outra tese, esta que o galardoará com o título máximo que a Universidade confere, tem-na pronta, este autêntico campeão de teses universitárias.

Cumprê esclarecer que, além de equiparar-se para êsses autênticos duelos intelectuais, a bagagem cultural do Prof. Nunes Dias traz outras etiquetas: — Artigos; Conferências; Comunicações. Quase sempre divulgados por periódicos especializados do país e do estrangeiro. Como não poderia deixar de ser o “recheio” dessas pesquisas, tôdas elas originais e positivas contribuições também à História do Brasil, foi encontrado nos arquivos os mais especializados; pois o Prof. Nunes Dias busca, prepara e elabora seus próprios instrumentos de trabalho. Não se limita a transcrever os fatos abordados. Historiador autêntico, compreende, critica, elabora, colocando problemas, sugerindo roteiros. Ele sabe, ele próprio ensina que a História não é apenas o documento. Não é apenas a inteligência do historiador.

A História é o fato (documento). A História é a idéia (inteligência). Logo, o historiador

“é aquele que compreende e faz com que os outros compreendam”.

Não se nos afigura indiscrição revelar que as “escapadas” do Prof. Nunes Dias, para realizar imperativas pesquisas em centros de documentação, êle as realizou por conta própria, no período de férias escolares, excetuando apenas duas: a primeira viagem a Portugal, cuja realização êle próprio, com a honestidade que o individualiza, testemunha, de público, na introdução desta tese, havia sido possível graças a receptividade, a valiosa ajuda do então Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, o Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula, outro historiador invulgar.

Recentemente, em 1963, recebeu ajuda de custas da O.E.A. para uma viagem de estudos a Caracas, de onde retornou, três meses

depois, com um acervo impressionante de documentos microfilmados por êle próprio. Ao mencionar as andanças do Prof. Nunes Dias, deseja-se que êsse exemplo possa servir de estímulo àquêles que, compromissados com pesquisas sérias, deixam-se abater ante os obstáculos resultantes da imensibilidade cultural que é uma constante, da parte dos dirigentes e responsáveis por esta grande terra.

Quanto à finalidade da obra: duas perspectivas. Uma nova tese elaborada e defendida por um assistente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, de acôrdo com o regimento interno dêsse Instituto Universitário, cujo patrimônio cultural vêm enriquecer, identificar e ampliar. Uma outra. Focar um assunto inteiramente nôvo constitui convite para pensar e quem sabe, aventurar-se na trilha recém-aberta. E' o que parece visar o Prof. Nunes Dias nesta sua fecunda abordagem do equipamento do capitalismo moderno, ao dogmatizar que

“...Torna-se imprescindível explicar o mecanismo da acumulação de capitais. Explicar uma economia pela economia, não por uma classe ou por uma ideologia. Eis a colocação do problema — descobrir a fonte dos capitais que acionaram a eclosão do capitalismo moderno”.

E mais adiante,

“...Face ao capitalismo moderno, o problema do historiador é, ao mesmo tempo, compreender o seu sentido. E' preciso diagnosticar como se deflagrou o “processo” e seu quadro clínico, seus resultados, o destino final. Resposta a essas indagações — eis o que procuramos”.

Advertindo que

— “Dada a quase total inexistência de monografias, não é fácil um estudo dessa natureza, sem pesquisa arquivística séria, de alguns anos seguidos”.

“Certo, há um “espírito capitalista”, “espírito de empresa”, mas, note-se, não é exclusivo de judeus ou de protestantes”.

E onde se pode sentir um nôvo clarão de sua privilegiada inteligência:

“E' católico também, e de velha data, apesar das resistências canônicas. Existe, é o que se nos afigura, um enorme exagêro de ordem erudita na importância que se atribui à prática da usura. Não nos deixemos iludir, porém. O que provoca acumulação de capitais é a intensificação de tráfico e do circuito monetário, o aperfeiçoamento dos transportes, maior frequência de contactos entre mercados, a estruturação de empresas, os financiamentos, a constituição de “stocks”, as oscilações dos preços. O “espírito capitalista” dos teóricos seria nada sem capitais acumulados, altamente mobilizáveis, que são os metais e mercadorias.

Houve, não o ignoramos, um capitalismo mediterrâneo semi-senhorial, semi-burguês, pré-atlântico, com o renascimento urbano, a valorização progressiva do capital mobiliário, o afrouxamento da rigidez das corporações, a intensificação do tráfico urbano, as práticas cambiais nas feiras e outras ocorrências relativamente precoces ligadas ao sistema capitalista”.

A tônica temática deste original trabalho parece ser a seguinte:

“Mas quem libertou essa nova ordem econômica que, amarrada ao Mediterrâneo, precisava de espaço para crescer, foi Portugal, com a conquista e exploração do Atlântico sul-africano e de ambas as costas do Índico.

Pôr em relêvo e explicar essa contribuição, ponto de partida para ulteriores investigações, foi o nosso intento ao embrenharmos nesse ínvio matagal da história econômica portuguesa, ainda quase inteiramente por explorar.

Ultimada a longa geração medieval, o capitalismo moderno hauriu no tráfico português a seiva que lhe faltava. Por isso é que o estudo de suas origens fica com base postiça, inconsistente, se não pesquisarmos as fontes portuguesas dos séculos XV e XVI, assentes na estrutura econômica do rico patrimônio afro-asiático”.

Sente-se nas linhas acima transcritas, a profundidade, a segurança, a originalidade de uma obra de mestre, cuja leitura é uma imperativa a todos aqueles que vem abordando problemas relacionados com a gênese do Capitalismo Moderno.

Uma última observação. Ou um motivo de perplexidade. Pois ao lado de tão impressionante realização, causa surpresa uma omissão. Seria mesmo omissão ou problema editorial em se tratando de um primeiro volume?

Referimo-nos à inexistência da palavra do orientador da tese. Aquêles que têm oportunidade de ler o preito de gratidão do Prof. Nunes Dias aos seus colaboradores, encontra na linha de frente o nome do Prof. Dr. Eduardo d'Oliveira França “orientador constante e dedicado desta tese”. No decorrer deste primeiro volume, encontram-no citado dezoito vezes.

Sabe-se que a própria tese do Prof. Dr. Eduardo d'Oliveira França, apresentada, defendida e aprovada com distinção, em 1946, abordou o tema: “**O Poder Real em Portugal e as origens do Absolutismo**”

O Prof. Dr. Eduardo d'Oliveira França foi o presidente da banca examinadora que, integrada também pelos professores Antônio Soares Amora, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Torquato Soares de Souza, consagrou a tese do Prof. Dr. Manuel Nunes Dias com o mais alto grau: distinção e louvor.

As razões acima enumeradas facultam admitir que a tese ora publicada, sem a chancela de Mestre França, parece ficar mutilada, incompleta. Incompleta, pois é inegável a identidade, a coerência, a linha de trabalho destes dois invulgares professores de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ainda mais quando a tradição parece vincular o orientador ao autor de teses publicadas.

Dir-se-ia que o fato da edição haver ocorrido em Portugal, haja outorgado prioridade ao diretor do Instituto de Estudos Históricos, da Universidade de Coimbra. Certo. Ou então reservar-se-ia o volume II ao catedrático da Universidade de São Paulo? Não se pode admitir que esta seja uma solução plausível. Duas apresen-

tações, três se necessário fôsse, mas se lhe não justifica a ausência da palavra do Prof. Dr. Eduardo d'Oliveira França no introito de uma obra que, pela repercussão que vem recebendo, de crítica a mais especializada, como seja a reverência do Prof. **Frédéric Mauro**, (in "Bulletin de l'Université de Toulouse". Toulouse, 1959, n.º 6 Avril-Mai-Juin), pp. 506-507):

"é um autêntico patrimônio cultural da Universidade de São Paulo e, mais especificamente da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea desse Instituto Universitário. Aquêles que, eventualmente, possam estranhar a ausência de conclusões das fontes consultadas, lembrar-se-á que, como é óbvio, encontraram-se, no término do volume segundo que está sendo impresso na mesma gráfica da Universidade de Coimbra. Ainda um terceiro volume, apenas de textos, cerca de 9 (nove) mil, todos êles abordados pelo autor, será divulgado em apêndice à tese propriamente dita".

A fim de facultar uma visão de conjunto, transcrever-se-á abaixo, tanto o plano do volume I, como também o do volume II, que ainda está sendo impresso.

Plano da tese: **O Capitalismo Monárquico Português — (1415-1549).**
(Contribuição para o estudo das origens do Capitalismo Moderno).

I Volume, 633 páginas.

Primeira Parte: — O momento Ibérico: da Reconquista à Conquista oceânica.

Capítulo I. — Mundo em crise: A Europa no século XIV.

Capítulo II. — Portugal na Crise Européia: As Revoluções de 1383-1385.

Capítulo III. — A Superação da Crise: O Atlântico e o acesso aos mercados distantes.

Segunda Parte: — Metais para o Capitalismo. A caça do ouro na África.

Capítulo I. — A Primeira Agência: Ceuta.

a). — Ceuta muçulmana; objetivos: político, militar, econômico e religioso.

b). — 1415: Ceuta Cristã.

Capítulo II. — Na vertente Atlântica: O Ouro do Tombuctú.

a). — Tombuctú, metrópole do Sudão.

b). — Ouro para o Mediterrâneo; as rotas transsaarianas.

Capítulo III. — A derivação das Rotas para o Atlântico.

a). — Na Senegâmbia: a base de Arguim.

b). — A "captura" atlântica: São Jorge da Mina.

c). — Geografia da concorrência: caravelas versus caravanas.

Capítulo IV. — Na vertente Índica: o ouro do Monomotapa.

a). — Os campos do ouro.

b). — O Islão, senhor das fontes do ouro.

c). — A procura pelo rumo do Cabo.

Capítulo V. — O Desvio das Rotas para o Mercado Indiano.

a). — Quiloa, base política dos resgates do ouro.

b). — A fronteira de Sofala.

c). — As feiras dos sertões e a penetração continental.

Terceira Parte: Metais para o Capitalismo. O tráfico do ouro.

A). — Estruturas e Mercantilismo na África Atlântica.

Capítulo I. — Etapas experimentais: Da Patrimonialidade ao Monopólio Régio.

- a). — O comércio africano, patrimônio da Corôa.
- b). — A cessão "senhorial" de patrimônio: a éra do Infante D. Henrique (1419-1460).
- c). — O capitalismo particular: o arrendamento a Fernão Gomes (1469-1474).
- d). — A recuperação patrimonial pela Corôa e a prática do monopólio (1474-1549).

Capítulo II. — Os mecanismos dos Resgates e os carregamentos.

- a). — Os resgates de Arguim à Serra Leoa.
- b). — Os resgates da Mina.
- c). — O ouro Sudanês na Casa da Moeda de Lisboa.

B). — Estruturas e Mecanismos na África Índica.

Capítulo I. — Os resgates do Monomotapa.

Capítulo II. — O contrabando árabe e o policiamento português.

Capítulo III. — O destino do ouro de Sofala: a administração do Oriente e o financiamento da rota de Cambaia.

C). — O Ouro Africano em Portugal.

Capítulo . — A amoeção do ouro.

Capítulo II. — O excesso de gastos da corôa e a evasão do ouro.

ÍNDICES. — índice de autores, de nomes, de gravuras fora do texto e geral.

VOLUME II. (Que está sendo impresso, também em Coimbra).

Quarta Parte: Mercadorias para o Capitalismo: A busca das Especiarias Afro-Asiáticas.

Capítulo I. — Nas fontes das especiarias africanas: a Costa do Malagueta e o Reino de Benim.

- a). — A malagueta.
- b). — A pimenta de rabo.
- c). — Mecanismos dos resgates e carregamentos.

Capítulo II. — Nas fontes das especiarias asiáticas; a região malaio-indiana.

- a). — A pimenta — lume dos olhos do rei.
- b). — A canela, o cravo e o gengibre.
- c). — Outras drogas e especiarias.

Capítulo III. — A circulação: a rota do cabo.

- a). — A organização da rota.
- b). — Os navios: novos tipos e novas técnicas.
- c). — Carregamentos de torna-viagem e arrecadações da Casa da Índia.

Quinta Parte: Repercussões das "capturas" Atlânticas do ouro e das Especiarias.

Capítulo I. — A nova conjuntura internacional.

Capítulo II. — A "quebra" do Rialto.

Capítulo III. — Migração capitalística para o Atlântico.

Sexta Parte: A Definição do Capitalismo Monárquico.

Capítulo I. — A Casa da Índia: organismo autárquico de controle do tráfico ultramarino.

Capítulo II. — Títulos da Corôa e capitais estrangeiros na rota do Cabo.

Sétima Parte: No Mercado de Capitais da Flandres: A Casa de Antuérpia e os Metais Alemães.

- Capítulo I. — Antecedentes Medievais: a feitoria de Bruges.
a). — As relações entre Portugal e a Flandres na Idade Média.
b). — Os feitores do rei e os carregamentos.
Capítulo II. — A feitoria da Corôa em Antuérpia.
a). — Antuérpia, pórtio da Europa capitalista.
b). — A “Natio van Portugal” e o drama dos metais alemães.
c). — Os feitores do rei e os carregamentos.

Oitava Parte: Cunhagem e circulação dos metais alemães.

- Capítulo I. — A prata alemã na Casa da Moeda de Lisboa.
Capítulo II. — Os metais alemães nas rotas de Minas e do Cabo.
Capítulo III. — A crise dos metais alemães e as vicissitudes do sistema.

Nona Parte: O Malôgro do Capitalismo Monárquico.

- Capítulo I. — A falência da feitoria oficial de Antuérpia.
Capítulo II. — As contradições do sistema.

Conclusões.

Fontes e bibliografia.

Índice das ilustrações.

Índice geral.

Volume III (a ser impresso também no Instituto de Estudos Históricos “Dr. Antônio de Vasconcelos”, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Textos.

MARIA REGINA DA CUNHA RODRIGUES

*
* *

CARRATO (José Ferreira). — As Minas Gerais e os primórdios do Caraça. São Paulo, Companhia Editôra Nacional. Série Brasileira, vol. 317. 1963, 463 pp.

Ao terminar a leitura de “Os primórdios do Caraça”, tivemos a impressão de ter lido um ensaio e uma biografia. Embora o Autor na Introdução tivesse explicado o sentido do seu trabalho, primeiramente a “colocação horizontal e panorâmica das Minas Gerais do século XVIII”, e em seguida o “desenvolvimento historiográfico da reação religiosa do Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça contra o mundo corrompido e louco das Minas setecentistas”, a impressã que nos ficou foi diversa. Vejamos:

No capítulo I, “As Minas Gerais do século do ouro”, o Autor narra desde a expedição de Fernão Dias Pais até a decadência das minas, referindo-se ao afluxo humano provocado pelas descobertas do metal precioso, aos métodos de exploração, aos sistemas de cobrança dos quintos, à administração das minas, à produção do ouro, aos costumes e cidades, cultura e sociedade. O capítulo II, “A